

SEGURANÇA DO MEIO AMBIENTE E A PROTEÇÃO DADA PELOS ENTES FEDERATIVOS.

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Área temática: Direitos Especiais

NOME DOS AUTORES:

SÁ, Joyce Helena Oliveira (helena.12oliveira@gmail.com);

CALEIRO, Manuel Munhoz (manuel.caleiro@uems.br);

RESUMO:

No Brasil-colônia o sistema econômico era voltado para o mercado externo, na mesma proporção que a exportação subia a produção no mercado interno ficava pior deixando a marca do desinteresse na economia interna. Com a abertura do capitalismo pelo Estado Moderno a modernidade foi construída, a modernidade aliada a implementação da industrialização alteraram a forma de produzir e utilizar a terra, regras utilizadas por séculos foram trocadas e deixaram de ser aplicadas ao passo que o pensamento de que a tecnologia é a chegada de um novo e melhor futuro. O homem subjulgando a natureza em prol do progresso fez o interesse do ser humano se estender aos laboratórios onde foram criados meios para controlar ou ir contra a natureza, a Revolução Verde veio com avanços tecnológicos que criou um novo meio de agricultura, algo em sua maior parte prejudicial e destrutivo que fez a natureza responder a manipulação do homem de forma agressiva e brutal. O Estado se viu no dever de criar mecanismos de proteção para o meio ambiente para desacelerar o processo de extração da natureza e preservar os animais e os biomas. Para tanto os objetivos deste trabalho foram, buscar e analisar as causas e consequências que geram a crise ecológica em curso; analisar os deveres ambientais constitucionalmente atribuído ao Poder Público, previstos no artigo 225, parágrafo 1º incisos I a VII e seus principais instrumentos de concretização; e analisar a possibilidade de os deveres ambientais constitucionalmente atribuídos ao Poder Público são suficientes na mitigação das consequências da crise ecológica. Foram utilizados os métodos de abordagem dialético e indutivo. Os procedimentos de pesquisa a serem adotados são histórico e monográfico. As técnicas de pesquisas de pesquisa foram documental e bibliográfico. A partir do estudo das raízes da estrutura econômica do país foi possível concluir que durante a história o interesse financeiro sempre pesou mais na balança do que a natureza, a qual o homem já se intitulava dono. Esse desequilíbrio acarretou acidentes ambientais que dependiam de um estudo ambiental profundo (inciso IV, §1º, art. 225) e de um sistema de fiscalização agressivo para que diminua os riscos em potenciais criados pelos meios de produção extensivos (Ex: Vale e o acidente em Brumadinho). Contudo os poderes atribuídos pela Constituição são essenciais e necessários para a preservação e restauração do meio ambiente, ainda assim se precisa de complementos na lei para uma boa implementação dos métodos, além da atenção maior do Poder Executivo e recursos para essa área do governo.

PALAVRAS-CHAVE: Ecossistema, Constituição Federal, Bem jurídico.

AGRADECIMENTOS: Para o sistema do CNPq que aprovou o projeto e prestou todos os auxílios necessários para que a pesquisa fosse desenvolvida. A UEMS. Por fim, agradecer ao orientador que foi essencial para a conclusão do projeto.